

Agrupamento de Escolas de Penacova

PLANO de INOVAÇÃO 2021/2022

(Portaria 181/2019, de 11 de junho)

***APRENDER NO PRESENTE
A
PENSAR NO FUTURO***

Escolas que são asas não amam pássaros
engaiolados.

O que elas amam são pássaros em voo. Existem para
dar aos pássaros coragem para voar.

Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo
já nasce dentro dos pássaros.

O voo não pode ser ensinado.
Só pode ser encorajado ¹

“Gaiola ou Asa”, Rubem Alves

¹In Projeto de Intervenção da Diretora ANA CLARA ALMEIDA - 2019-2023

I. ENQUADRAMENTO

O presente Plano de Inovação (PI) foi elaborado em conformidade com o previsto pela Portaria nº 181/2019, de 11 de junho, não descuidando os princípios consagrados no Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho e no Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho.

A presente proposta foi desenvolvida a partir da matriz curricular base do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) prevista no Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, dando continuidade ao plano de inovação curricular e pedagógico implementado, no ano letivo 2020/2021, nas turmas dos 1.º e 2.º anos de escolaridade, estendendo-se agora a todas as turmas do 1.ºCEB.

Integra ainda um conjunto de opções e medidas educativas que visam a promoção de aprendizagens mais consistentes para os alunos com maior insucesso escolar, maior risco de exclusão social e abandono escolar, através da implementação, numa perspetiva temporária, durante o ano letivo 2021/2022 e no âmbito do princípio de autonomia e flexibilidade, de dois grupos de Percursos Curriculares Alternativos (PCA) de 7.º e 8.ºanos de escolaridade, a desenvolver na Escola Básica e Secundária de Penacova, nos quais, por efeito da pandemia, não foi possível obter o efeito desejado de melhoria das aprendizagens de todos os alunos aquando da sua integração em PCA, ao abrigo do PI anteriormente implementado.

O PI centra-se no quadro de iniciativas que têm sido desencadeadas pelo Ministério da Educação, de promoção do sucesso dos alunos e de combate ao abandono escolar, bem como das políticas de autonomia e de gestão local da Escola.

Pretende reforçar, de forma consistente e visível, o processo de autonomia das escolas, promovendo a cooperação ativa de todos os membros da comunidade escolar, em sintonia com os eixos e metas do Projeto Educativo do Agrupamento (cujo lema é *"Aprender no Presente a Pensar no Futuro"*) com enfoque na promoção do sucesso escolar (redução do número de retenções, melhoria da qualidade das aprendizagens, melhoria dos resultados da avaliação externa e redução das situações de indisciplina).

Nos tempos que correm, a Escola deve ser inovadora, inclusiva e estar sensível aos diversos problemas que assolam a Sociedade, cabendo-lhe o papel de abrir novos caminhos aos jovens, preparando-os para o futuro. Compete-lhe a criação de ambientes de aprendizagem propícios ao desenvolvimento e mobilização de diferentes literacias, permitindo que cada e toda a criança, jovem e adulto possa intervir na Sociedade de forma ativa e crítica, possa concretizar o seu projeto educativo com qualidade.

Este plano de inovação pedagógica aplica-se a todos os níveis de educação e ensino e visa a introdução de alterações de âmbito organizacional e pedagógico e estrutura-se em três áreas prioritárias:

- Gestão das matrizes curriculares-base, prevista no Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho (todas as turmas do 1.ºCEB);
- Percursos Curriculares Alternativos (PCA): dois grupos de alunos, um do 7.º ano e outro do 8.º ano;
- Reorganização do calendário escolar: organização semestral do ano letivo (aplica-se a todas as turmas do agrupamento).

As opções estratégicas assumidas pelo agrupamento centram-se numa redefinição do currículo e numa forma distinta de encarar a regulação das aprendizagens, recorrendo a uma nova organização do ano letivo, por semestres, à implementação de diferentes metodologias e à rentabilização e adequação de recursos físicos e humanos, centradas na melhoria da qualidade da formação.

II. IDENTIFICAÇÃO

Penacova é um dos Municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Com aproximadamente 220 km² de superfície e cerca de 15.251 habitantes, segundo os censos 2011 (dados mais recentes no PORDATA apontam para 13.753 residentes em 2019, mas apenas 9,8% de jovens até aos 15 anos), Penacova subdivide-se administrativamente em oito freguesias dispersas: Carvalho, Figueira de Lorvão, Lorvão, Penacova, Sazes do Lorvão, União das Freguesias de Friúmes e Paradela, União das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego e União das Freguesias de São Pedro de Alva e São Paio de Mondego. Este agrupamento de escolas está inserido num concelho de lugares muito dispersos. Com efeito, alguns alunos chegam a demorar mais de uma hora no percurso casa/escola, o que conduz a um desgaste físico não propiciador do estudo e do envolvimento com as tarefas escolares em casa. Os diferentes estabelecimentos de ensino são frequentados por crianças provenientes de famílias de classe média e de famílias de meios sociais mais desfavorecidos e marcadas por alguma instabilidade profissional, no entanto regista-se um valor de desemprego, em 2019, abaixo da média nacional e uma maior redução de RSI.

Por outro lado, através de um estudo recente², constata-se que são evidentes algumas oscilações (grandes amplitudes) ao nível da formação dos diversos elementos da comunidade e, concretamente, ao nível da formação dos pais e Encarregados de Educação. Existe um

² EDUCAÇÃO E MUNICIPALIDADE: RECIPROCIDADES E RUTURAS - Estudo de caso no concelho de Penacova; julho 2013; Sónia Costa.

número de elementos com formação superior mas, por outro lado, verifica-se uma taxa significativa de pessoas com baixa escolaridade.

O Agrupamento de Escolas de Penacova (AEP) é constituído pelas seguintes escolas: Jardim de Infância da Aveleira, Jardim de Infância de Figueira do Lorvão, Jardim de Infância de S. Mamede, Jardim de Infância de Sazes do Lorvão, Jardim de Infância de Penacova, Jardim de Infância de Miro, Jardim de Infância de S. Pedro de Alva, Centro Escolar do Lorvão (Jardim de Infância e 1.ºCEB), Centro Escolar do Seixo (Jardim de Infância e 1.º CEB), Escola do 1.º CEB da Aveleira, Escola do 1.º CEB de Figueira do Lorvão, Escola do 1.º CEB de Penacova, EBI de São Pedro de Alva (1.º, 2.º e 3.º CEB) e Escola Básica e Secundária de Penacova, sendo esta última a escola sede do AEP.

Em 2020/2021 estão matriculados nas escolas do Agrupamento 1160 alunos, distribuídos por todos os ciclos de ensino: pré-escolar, 1.º ciclo, 2.º ciclo, 3.º ciclo e ensino secundário (cursos científico-humanísticos e cursos profissionais).

Temos procurado criar junto de todos os alunos, docentes e não docentes um espírito de pertença ao Agrupamento e a inclusão é uma das nossas preocupações constantes. Procuramos chegar a todos, com ofertas multidisciplinares a nível das artes, línguas, desporto, oficinas de leitura, participação em projetos nacionais e internacionais a nível dos programas *ERASMUS+*. Em 2019-2021 participamos em 3 projetos KA229 e KA201, a nível das literacias digitais, o ensino com base em programas *STEM* e no combate ao abandono e desinteresse escolar. Estes projetos tiveram a extensão de mais um ano devido à pandemia que impossibilitou a concretização de várias atividades. Em 2020, foi aprovado um Projeto KA229, no qual somos parceiros, no âmbito do empreendedorismo e estamos a preparar um Projeto KA209, também como parceiros, no âmbito do Jornalismo.

III. CONCEPÇÃO DO PLANO DE INOVAÇÃO

III_1. JUSTIFICAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PI

A implementação do PI assenta na ideia plasmada no artigo 1.º da Lei de Bases do Sistema Educativo "*O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.*", portanto, no princípio de que a Escola deve construir respostas pedagógicas, adotar práticas pedagógicas diversas e adequadas aos diversos contextos, permitindo que todos os alunos acedam ao currículo, independentemente do seu perfil de aprendizagem.

III_2. COMPROMISSOS PARA A MELHORIA DOS RESULTADOS ESCOLARES

Este projeto tem como objetivos tentar recuperar a motivação de todos os alunos face ao conhecimento em geral e evidenciar as suas capacidades. Além disso, esta oferta visa:

- Promover o sucesso educativo das crianças e dos alunos, evidenciado pelos resultados escolares, pelo desenvolvimento de competências e pela satisfação pessoal;
- Obter uma taxa de retenção tendencialmente nula;
- Combater o abandono escolar e a saída precoce do sistema educativo;
- Promover a diversificação de estratégias pedagógicas;
- Utilizar instrumentos e técnicas de avaliação diversificadas;
- Promover hábitos de trabalho sistemáticos e responsáveis, responsabilizando cada aluno pela sua própria aprendizagem;
- Reforçar as medidas de prevenção/combate à indisciplina;
- Realizar atividades de formação/capacitação para a resolução de problemas de indisciplina por parte de docentes e de não docentes;
- Envolver o Serviço de Psicologia e Orientação na prevenção/combate à indisciplina;
- Incrementar as condições que favoreçam a orientação educativa destes alunos;
- Estimular o desenvolvimento de competências, a capacidade de iniciativa e a concretização de novas experiências de aprendizagem, respondendo à diversidade dos alunos e a novos desafios;
- Incentivar a comunidade educativa a colaborar/participar nas atividades do Plano Anual de Atividades;
- Aumentar a articulação da ação da Escola com a dos parceiros locais, nomeadamente IPSS e Autarquia;
- Incentivar a participação dos alunos em projetos no âmbito local, regional, nacional;
- Sistematizar o trabalho colaborativo e partilha de experiências didático-pedagógicas entre docentes, com vista à melhoria das práticas pedagógicas;
- Orientar experiências educativas para projetos de diferentes âmbitos territoriais e contextos de atuação emergente;
- Fomentar o desenvolvimento de projetos /iniciativas de inovação pedagógica e tecnológica;
- Apoiar/incentivar ativamente todas as ações/iniciativas/projetos que contribuam para o desenvolvimento científico;
- Criar ambientes propícios ao desenvolvimento e mobilização das diferentes literacias permitindo uma maior intervenção na sociedade;
- Fomentar a partilha de informação, adoção e divulgação de práticas docentes inovadoras, conducentes à promoção dos resultados escolares;

- Dar mais espaço e tempo aos alunos e docentes para o desenvolvimento do currículo no contexto do perfil dos alunos e da educação inclusiva;
- Aumentar os momentos de reporte de avaliação aos alunos e aos encarregados de educação, ao longo do ano letivo;
- Aumentar o envolvimento das famílias no processo de ensino aprendizagem dos seus educandos, através de um *feedback* mais eficaz;
- Desenvolver práticas pedagógicas inclusivas que valorizem as especificidades individuais e, simultaneamente, promovam o trabalho colaborativo/cooperativo;
- Promover o ensino experimental das ciências, articulando-o vertical e horizontalmente, com o Clube de Ciência, incluindo sempre que possível, outras disciplinas/saberes;
- Cumprir os princípios orientadores da Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania (ENEC) e as premissas enunciadas na Estratégia de Educação para a Cidadania do Agrupamento.

As metas a alcançar, com este Plano de Inovação Pedagógica, terão que ser, necessariamente, as mesmas que se pretendem atingir com o Projeto Educativo do Agrupamento, já que são projetos complementares. Assim, além das metas definidas por cada área de intervenção, as metas gerais são as já definidas no PEA, tais como:

Metas	Indicadores de Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> - Manter ou melhorar as taxas de transição de ano e conclusão de ciclo; - Manter ou melhorar a percentagem dos alunos do Agrupamento que concluem o 1º ciclo em 4 anos; - Garantir taxas de sucesso $\geq 90\%$ em todas as disciplinas de todos os anos de escolaridade do 1.ºCEB; - Manter ou melhorar a percentagem dos alunos do Agrupamento que concluem o 2º ciclo em 2 anos; - Manter ou melhorar a percentagem de alunos que obtêm nível igual ou superior a 3 nas provas finais do 9ºano, após o percurso sem retenções nos 7º e 8º anos; - Garantir que os alunos das turmas PCA melhoram a média final das suas classificações face à do ano transato; - Assegurar que, pelo menos, 75% dos alunos das turmas PCA adquirem as competências essenciais previstas no seu currículo; - Manter ou melhorar as taxas de conclusão do ensino secundário/profissional em 3 anos; - Manter ou melhorar a percentagem de alunos que obtêm 	<ul style="list-style-type: none"> - Resultados da avaliação interna no final de cada ano letivo. - Resultados da avaliação externa dos alunos internos. Comparação com os resultados do NUT.

<p>classificação igual ou superior a 10, nos exames nacionais do 12.ºano, após o percurso sem retenções nos 10º e 11º anos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir que, no ensino básico, a discrepância entre a CIF e a CE é ≤ 1; - Garantir que a classificação dos exames nacionais do 11º e 12.ºano (CE) não difira negativamente da CIF em mais de 35 pontos e 20 pontos, respetivamente; - Aumentar anualmente o número de alunos que integram os quadros de Excelência e de Valor; - Reduzir as situações de indisciplina até 2021/2022 tendo como ponto de partida o ano de 2018/2019; - Diminuir a percentagem das ocorrências em que foram aplicadas medidas disciplinares sancionatórias; - Garantir a implementação de projetos no âmbito da promoção de competências sociais; - Realizar trimestralmente uma Assembleia de Turma e de Delegados de Turma; - Garantir a divulgação eficiente de toda a informação destinada à participação da comunidade educativa; - Incentivar a participação dos Pais e Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Resultados da avaliação externa no final de cada ano letivo. - Número de procedimentos disciplinares. - Número de projetos/iniciativas. - Número de participantes nas diferentes atividades. - Estatística dos contactos dos Pais e reuniões com a Associação de Pais e EE do Agrupamento.
<ul style="list-style-type: none"> - Garantir que em todas as disciplinas são implementadas pelo menos três estratégias pedagógicas distintas; - Garantir que em todas as disciplinas são utilizados pelo menos três instrumentos e técnicas de avaliação distintos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inquéritos de opinião aos intervenientes.

É nossa convicção de que com as medidas expostas neste PI, estamos a criar condições e a implementar práticas e estratégias pedagógicas que contribuem para que todos os alunos experienciem o sucesso, tal facto contribui para que reforcem a sua autoconfiança no processo educativo, para que recuperem e/ou melhorem a sua perceção de controlo das tarefas escolares e sucessivamente aumentem os seus índices motivacionais.

Os alunos quando experienciam, de forma sucessiva, o insucesso educativo acabam por desenvolver emoções negativas para com a Escola e para com o processo de ensino-aprendizagem, é portanto essa a condição que o AEP pretende erradicar da sua comunidade educativa.

III_3. GESTÃO DA MATRIZ CURRICULAR-BASE (1.ºCEB)

Dando resposta ao previsto na Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, o PI do AEP prevê a organização semestral, para todo o Agrupamento, alicerçada na necessidade de implementar respostas curriculares e pedagógicas adequadas ao contexto da comunidade educativa, nomeadamente metodologias integradoras do planeamento do ensino, da aprendizagem e da avaliação, concretizadas numa gestão superior a 25% do total da carga das matrizes curriculares-base do 1.ºCEB, visando a promoção da qualidade das aprendizagens e o sucesso pleno de todos os alunos.

Matrizes curriculares do primeiro ciclo do ensino básico

Componentes do currículo		Matriz Curricular de Escola		Matriz Curricular (PI)				
		1.º e 2.º anos	3.º e 4.º anos	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	
Português	Cidadania e Desenvolvimento ⁴ TIC ⁴	7h	7h	6h	5h	5h	5h	
Matemática		7h	7h	5h	6h	5h	5h	
Estudo do Meio		3h	3h	2h	2h	2h	2h	
Educação Artística (Artes Visuais, Expressão Dramática/Teatro, Dança e Música) ¹		4h	3h	2h	2h	1,5h	1,5h	
Educação Física ¹		1h	1h	1h	1h	1h	1h	
Apoio ao Estudo ²		2h	1h	1h	1h	1h	1h	
Oferta Complementar ³		1h	1h	Oficina de Leitura 1h	Oficina de Cálculo 1h	Oficina de Escrita 0,5h	Oficina de Ciência 0,5h	
Inglês			2h			2h	2h	
ESPAÇO ECA - Experimenta, Cria e Aprende (Português, Matemática, Estudo do Meio, Educação Artística, Apoio ao Estudo, Leitura, Cálculo e Escrita...)					7h	7h	7h	7h
TOTAL⁵			25h⁵	25h⁵	25h⁵	25h⁵	25h⁵	25h⁵
EMRC⁶		1h	1h	1h	1h	1h	1h	
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)		5h	5h	5h	5h	5h	5h	

¹ Possibilidade de implementação de coadjuvações na Educação Artística e na Educação Física, sempre que os recursos humanos o permitam;

² O Apoio ao Estudo constitui um suporte às aprendizagens, assente numa metodologia de integração de várias componentes de currículo, privilegiando a pesquisa, o tratamento e a seleção de informação.

³ A(s) nova(s) componente(s), criada(s) pela escola no tempo destinado à Oferta Complementar, apresenta(m) identidade e documentos curriculares próprios.

⁴ Áreas de integração curricular transversal, potenciadas pela dimensão globalizante do ensino neste ciclo.

⁵ Cada escola gere, no âmbito da sua autonomia, os tempos constantes da matriz, para que o total da componente letiva incorpore o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas com exceção do período de almoço (anexo I do Decreto-Lei n.º55/2018, de 6 de julho).

⁶ Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.

A gestão das matrizes curriculares-base do 1.ºCEB confere uma gestão de 28% do total da carga horária.

O primeiro ciclo introduziu diversas dinâmicas pedagógicas, nomeadamente no combate ao insucesso escolar e na promoção da qualidade das aprendizagens, apropriou-se e construiu, colaborativamente, os instrumentos de controlo e monitorização das aprendizagens e, com vista à apropriação por parte dos docentes de todas estas dinâmicas, determinou-se pela continuidade da implementação de um plano de Autonomia e Flexibilidade Curricular direcionado a todas as turmas do 1.º CEB.

A decisão supramencionada tem por base a necessidade de se implementarem estratégias/metodologias adequadas às características destes alunos, visando a promoção da qualidade das suas aprendizagens e o seu sucesso pleno, respeitando o ritmo e perfil individual dos alunos e simultaneamente, proporcionando-lhes experiências de aprendizagem sob metodologias ativas e de projeto.

A proposta de se incluírem todas as turmas do 1.º CEB vem na sequência da aplicação às turmas dos 1.º e 2.º anos de escolaridade, no presente ano letivo, das medidas referidas e da implementação de uma matriz curricular sujeita a uma gestão flexível e adequada às necessidades dos alunos/turmas. Embora o ano letivo ainda não tenha terminado, julga-se que a sua implementação tem sido globalmente positiva, em articulação com outras medidas presentes no PI. Também se verifica a possibilidade de que, pela constituição de turmas para o próximo ano letivo, houvesse turmas com mais de um ano de escolaridade, pelo que a possibilidade de apenas um dos grupos da turma estar abrangido por esta medida levaria a alguns constrangimentos.

No presente ano letivo, existem 306 alunos distribuídos da seguinte forma: 73 do 1.º ano de escolaridade, 66 do 2.º ano, 71 do 3.º ano e 96 do 4.º ano.

De forma global, os alunos obtêm resultados de sucesso positivos, contudo verificam-se fragilidades em alguns domínios mais específicos, nomeadamente nas áreas da leitura e escrita, com repercussões também para o desenvolvimento de competências matemáticas. Há alunos que revelam alguma imaturidade e mostram-se muito dependentes do apoio dos professores. Esta constatação não é alheia ao facto de que o atual contexto pandémico condicionou de alguma forma a aplicação de estratégias mais diversificadas e ativas e pela imposição do ensino a distância com os diversos constrangimentos identificados. É necessário um reforço da autonomia por parte dos alunos, potenciado pela aplicação de novas estratégias e metodologias baseadas na construção e desenvolvimento de projetos de turma em contexto de sala de aula, promovendo a cooperação e a interdisciplinaridade. Também a gestão mais flexível, em sede do "Espaço ECA", permite um melhor ordenamento temporal dos conteúdos, quer em termos de aprendizagem, quer de reforço e consolidação, funcionando como uma Bolsa de horas a utilizar de forma autónoma por cada docente, no âmbito da Autonomia e Flexibilidade Curricular.

Verifica-se um aumento do número de alunos que apresentam problemáticas de aprendizagem graves, sobretudo nos 1.º e 2.º anos de escolaridade, sendo que um quarto dos alunos do 1.º CEB usufrui de alguma medida de suporte à aprendizagem e inclusão e temos já conhecimento que irão integrar, no próximo ano letivo, o 1.º ano de escolaridade, crianças com diversas problemáticas de aprendizagem, já identificadas pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva.

Este PI, no que ao 1.ºCEB diz respeito, consubstancia-se no “Espaço ECA”, no âmbito da qual se pretende proporcionar aprendizagens mais ativas e motivadoras. Pretende proporcionar, aos alunos, a conciliação de realidades aparentemente tão distintas como a Criatividade e o Currículo Escolar, numa perspetiva enriquecedora da interdisciplinaridade, contribuindo para o seu desenvolvimento integral dos alunos. Esta “disciplina” pretende constituir uma ferramenta determinante para o desenvolvimento de estratégias didáticas na abordagem e ensino de conteúdos tradicionais, que articulam imaginação, razão e emoção, procurando respeitar os diferentes modos de aprender dos alunos, motivando-os para o prosseguimento da investigação e aprendizagens na sala de aula e fora dela.

Neste ciclo de ensino, numa prática de interdisciplinaridade, é permitida, ao docente em monodocência, a adequada distribuição e flexibilização disciplinar, dando-lhe liberdade na organização da carga horária atribuída.

No âmbito desta Bolsa de Horas pretende-se contribuir para que, de forma autónoma, o docente possa criar Contextos Integradores das Aprendizagens, organizando-os sob a metodologia de trabalho de projeto, realizados de forma interdisciplinar, mas intencional e planificada.

Esta gestão deve ainda contribuir para um reforço planificado (reforço com organização semestral a Português e Matemática, em todos os anos de escolaridade e de acordo com as dificuldades de cada turma) das diferentes componentes do currículo, além do previsto na matriz curricular-base, num reforço de práticas pedagógicas quando e sempre que as dificuldades dos alunos assim o justifiquem, garantindo sempre o total cumprimento semanal das horas constantes da bolsa, assim como o total cumprimento das aprendizagens essenciais e do total anual de horas por componente do currículo.

No caso do reforço planificado para Português e Matemática, privilegiar-se-á a organização semestral com a promoção da leitura reforçada ao longo do primeiro semestre. É de salientar que nos 1.º e 2.ºanos inicia-se o desenvolvimento das competências da escrita e da leitura, por isso considera-se fulcral reforçar primeiramente a disciplina de Português para aprofundar, potenciar e articular as aprendizagens essenciais das diferentes áreas disciplinares. Isto facilitará o desenvolvimento de competências em áreas de Matemática e de Estudo do Meio, reforçada ao longo do segundo semestre.

A Bolsa deverá ser encarada para os anos iniciais como promoção de competências de literacia de leitura nos 1.º e 2.º anos, sempre que possível, em articulação entre a equipa da Biblioteca Escolar e Municipal e a família. Serão privilegiadas as tarefas conducentes ao desenvolvimento das competências de leitura e escrita, como o desenvolvimento de sessões de escrita criativa e de leitura, podendo-se articular as leituras e os textos trabalhados com a Expressão Artística (teatro).

Nos 3.º e 4.º anos de escolaridade, será criado, na área da Matemática um espaço interativo e dinâmico, onde se privilegiará uma abordagem mais funcional dos conteúdos, com recurso à concretização e manipulação de materiais estruturados e não estruturados.

De uma forma transversal, na área das Ciências Experimentais privilegiar-se-á o desenvolvimento de atividades práticas de observação, de experimentação e de reflexão, a partir das aprendizagens essenciais de Estudo do Meio, de forma a despertar a curiosidade do aluno e a manter o seu interesse. Da mesma forma, será trabalhada a área das Expressões, uma vez que esta poderá servir como ponto motivacional para o êxito, dado que a música, a dança e o teatro fazem parte do interesse da maioria destes alunos. Poderá existir uma parceria com os grupos de Bandas Filarmónicas locais e com a Escola de Artes de Penacova. Pretende-se a criação de espaços dinâmicos que permitam uma abordagem mais prática e menos expositiva, desenvolvendo nos alunos a autonomia, a criatividade, o espírito crítico e cooperativo. Procura-se que estes espaços de aprendizagem sejam interativos e dinâmicos, onde serão cumpridos os conteúdos programáticos de uma forma funcional e motivacional, indo ao encontro dos gostos e interesses dos alunos.

Além da promoção do trabalho interdisciplinar, a criação do "Espaço ECA" confere ao professor titular de turma uma maior liberdade na gestão curricular (**exemplo**), tendo em vista o reforço dos saberes básicos e o desenvolvimento das competências essenciais nos primeiros anos de escolaridade, permitindo o reforço da carga horária, temporariamente, de uma determinada disciplina do currículo, além do limite definido, assegurando o cumprimento do total de horas anual.

Esta gestão abre possibilidade para a implementação de respostas curriculares e pedagógicas adequadas às necessidades de cada aluno, assim como às suas dificuldades de aprendizagem, visando a promoção da qualidade das aprendizagens e o sucesso pleno de todos os alunos.

Exemplo de Gestão Curricular Semanal (3.ºano):

Componentes do currículo		Carga horária - 3.ºano	
		Semana 1	Semana 2
Português	Cidadania e Desenvolvimento TIC	5h+5h	5h+1h
Matemática		5h	5h+3h
Estudo do Meio		2h+1h	2h+2h
Educação Artística		1,5h+1h	1,5h+1h
Educação Física		1h	1h
Apoio ao Estudo		1h	1h
Inglês		2h	2h
Oferta Complementar (<i>Oficina de Escrita</i>)		0,5h	0,5h
ESPAÇO ECA - Experimenta, Cria e Aprende		*	*
TOTAL		25h	25h

* as 7h da Bolsa de Horas (Espaço ECA) serão redistribuídas pelas diferentes componentes do currículo, de forma planificada e cumprindo o total anual de horas.

Assim, numa primeira instância, consideramos que reforçando as componentes/disciplinas de Português e Matemática potenciamos a consolidação das aprendizagens e competências, quer da leitura, quer da escrita, recorrendo a diversas estratégias:

- a) à diversificação de métodos de ensino e aprendizagem da leitura;
- b) à criação de grupos homogêneos de alunos;
- c) à afetação, às turmas do 1.ºCEB, de recursos humanos existentes no Agrupamento e da componente não letiva (artigo 79.º) dos docentes do grupo de recrutamento 110, cumprindo o estipulado nos n.ºs 3 e 4, do artigo 82.º do Estatuto da Carreira Docente;
- d) à alteração da organização do ano letivo [semestres], uma vez que dará, a todos os intervenientes no processo, mais e melhor *feedback* das aprendizagens realizadas; mais tempo para avaliar e alterar estratégias; diversificar metodologias e métodos; mais tempo para os alunos /no “seu tempo” atingirem os objetivos/aprendizagens.

III_4. PERCURSOS CURRICULARES ALTERNATIVOS

No âmbito do artigo 7.º da Portaria nº 181/2019, de 11 de junho, pretendemos integrar nestes grupos de Percursos Curriculares Alternativos (PCA), alunos que não estão plenamente integrados no ensino regular e que, face às suas dificuldades de aprendizagem, requerem a implementação, ainda que temporariamente, de medidas educativas conducentes à melhoria das suas aprendizagens.

Os alunos que irão integrar estas turmas de PCA possuem um percurso escolar pautado pelo insucesso escolar, absentismo, desmotivação, incumprimento de regras, dificuldade no estabelecimento de relações positivas entre os pares e sentimentos de exclusão do sistema

Plano de Inovação 2021/2022_Agrupamento de Escolas de Penacova Página 11 de 28

educativo. As suas dificuldades de aprendizagem conduzem a uma desmotivação pela vida escolar, que culmina em graves dificuldades de integração e rutura efetiva com o que a Escola representa, o que, nesta faixa etária, potencia o risco de abandono escolar precoce.

O plano a aplicar a estes grupos de alunos centra-se na necessidade de adequar as respostas educativas às suas necessidades específicas, a fim de garantir que todos adquiram conhecimentos e desenvolvam capacidades e atitudes que lhes permitam adquirir as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

O AEP não dispõe de ofertas educativas e formativas alternativas ao ensino básico regular, a fim de promover uma reorientação no percurso escolar deste grupo de alunos, que tem vindo a demonstrar que não está integrado na dinâmica de trabalho daquele ensino. E este percurso escolar revelou-se, pela experiência do presente ano letivo, uma oportunidade eficaz para os alunos com insucesso escolar recorrente, com tendência para o absentismo e comportamentos desviantes para terem sucesso escolar e poderem integrar, num futuro breve, o ensino regular e adquirirem as competências necessárias para a sua integração profissional na Sociedade.

Alguns dos alunos propostos para integrar este tipo de percurso provêm de um meio sociofamiliar desfavorecido, denotando-se falta de acompanhamento e supervisão parental, o que muitas vezes facilita alguns comportamentos desviantes. Os Encarregados de Educação (EE) destes alunos têm baixas expectativas relativamente ao percurso escolar dos seus educandos, não deixando, no entanto, de ter alguma ligação com a Escola através dos diretores de turma dos seus educandos.

A proposta de duas turmas de PCA dos 7.º e 8.º anos de escolaridade prevê ainda a integração de alguns dos alunos que constituem, no presente ano letivo, os grupos do PCA dos 6.º e 7.º anos, uma vez que alguns ainda revelam fragilidades na aquisição das aprendizagens essenciais e das competências previstas no PASEO, fragilidades que não se puderam colmatar pelos efeitos da pandemia COVID-19, por situações de isolamento profilático de alunos/turma, que conduziram a períodos de ensino em regime não presencial e ainda pelo período de ensino a distância. As desvantagens do ensino não presencial são inegáveis para alunos com estas características de fracos resultados escolares, pois a ausência de um contacto próximo entre professor-aluno não contribui para o pleno sucesso das aprendizagens, o que se associa ainda a dificuldades de integração e de aceitação/valorização das aprendizagens que a Escola tem para lhes oferecer.

Para integrar o grupo PCA de 7.º ano estão previstos 12 alunos que ainda demonstram dificuldades no domínio da expressão e compreensão oral e escrita e na leitura, ao nível da língua materna, o que afeta toda a sua aprendizagem. São alunos que requerem um acompanhamento individual na generalidade das tarefas desenvolvidas em sala de aula e nos quais a ausência de consolidação de aprendizagens prévias condiciona a melhoria dos resultados escolares. Pretende-se, essencialmente, promover atividades que desenvolvam

hábitos e gosto pela leitura e que aperfeiçoem os desempenhos no domínio da Escrita e da Oralidade.

Para integrar o grupo PCA de 8.ºano estão previstos 10/11 alunos que frequentam atualmente os sétimo e oitavo anos de escolaridade e que demonstram dificuldades no domínio cognitivo a nível da capacidade de raciocínio, aplicação e interpretação, com graves lacunas a nível da oralidade, leitura e educação literária e gramática.

O grupo de alunos ao qual se pretende aplicar este plano, é constituído por jovens com baixas expectativas escolares e com um visível desinteresse pelas matérias curriculares.

A integração destes alunos nestas turmas depende, acima de tudo, da prévia matrícula por parte do respetivo Encarregado de Educação, nos prazos legalmente definidos para tal. Após identificação/sinalização do aluno, por parte do Conselho de Turma, o qual considera o PCA como sendo o percurso mais adequado às características e dificuldades de cada aluno, será efetuada ao respetivo EE uma auscultação conjunta pelo Diretor de Turma, Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) e Docente da Educação Especial, no caso de alunos que possuem Relatório Técnico-Pedagógico (RTP).

É, pois, muito importante o reforço do envolvimento e motivação dos discentes perante o processo de aprendizagem, aumentando o sentimento de autoeficácia, estabelecendo objetivos e metas exequíveis, reforçando sucessos e perspetivando a resolução de dificuldades e o desenvolvimento de competências sociais, sobretudo de assertividade, para a consolidação e desenvolvimento de aquisições em falta, rompendo-se, assim, com previsíveis ciclos de fracasso.

A constituição de turmas com percurso curricular alternativo é necessária como uma medida transitória de apoio à melhoria das aprendizagens de alunos em risco, com o objetivo primordial de superar as dificuldades reveladas no decurso do seu processo de ensino e aprendizagem, por forma a promover o seu sucesso escolar e a sua formação integral.

A intervenção pedagógica para estes grupos prevê:

- constituição de equipas pedagógicas com docentes que revelem adesão ao projeto;
- formação de equipas pedagógicas não muito extensas e concentrando a docência a que estão associados num maior número possível de disciplinas;
- garantia, na medida do possível, da continuidade das equipas pedagógicas;
- implementação de estratégias de diagnóstico, nas diferentes áreas, de forma a aferir as dificuldades e necessidades reais dos alunos;
- planificação dos conteúdos programáticos de acordo com as dificuldades detetadas e articulação destes conteúdos com as restantes áreas de formação, dando especial realce a

estratégias e metodologias ativas como a implementação da metodologia de projeto e o desenvolvimento de DAC;

- desenvolvimento de atividades práticas numa perspetiva de aquisição e aplicação dos conhecimentos e numa lógica do “aprender, fazendo”, para a vida ativa;

- recurso a estratégias que promovam a corresponsabilização pela aprendizagem e comportamento, imputando aos alunos uma atitude de responsabilidade face à sua evolução e persecução dos seus objetivos;

- implementação de dinâmicas de grupo, de atividades de autoconhecimento e de gestão de conflitos com vista ao desenvolvimento de competências sociais e à manutenção da motivação para a aprendizagem;

- aplicação de estratégias de atuação conjunta que visem o desenvolvimento de competências de convivência social, o saber-estar e o saber-ser, assim como o desenvolvimento de valores e do espírito empreendedor;

- promoção de um apoio individualizado aos alunos;

- promoção da integração/mobilidade dos alunos dentro das várias respostas do Agrupamento, durante o ano letivo, numa perspetiva de atuação em tempo útil em relação às dificuldades identificadas.

A. Matrizes curriculares e operacionalização

Componentes do currículo	Matriz Curricular de Escola	Matriz Curricular (PI)
	7.ºano	7º ano - PCA
Áreas disciplinares / Disciplinas		
Português	180	135
<i>Oficina de Leitura e Escrita</i> ¹		45+15
Línguas Estrangeiras		
Inglês	135	90
Língua Estrangeira II	135	90
<i>Laboratório de Línguas Estrangeiras</i> ²		90
Ciências Sociais e Humanas		
História	90	90
Geografia	135	90
Cidadania e Desenvolvimento	45	45
<i>Arte e Património</i> ³		90
Matemática	180	135
<i>MatemaTIC</i> ⁴		90
Educação Física	135	135
Ciências Naturais (1.º semestre)	135	90+90
Físico-Química (2.º semestre)	135	90+90
<i>Laboratório Experimental</i> ⁵		90
Educação Artística e Tecnológica		
Educação Visual	90	90
Educação Artística	45	
Tecnologias de Informação e Comunicação	45	
Total	1485⁷ min	1500 min
Educação Moral e Religiosa ⁶	45	45

¹ Disciplina nova a funcionar para desenvolvimento das competências da disciplina de Português.

² Disciplina nova a funcionar em par pedagógico com os docentes de línguas estrangeiras e que integra os 15 minutos necessários para cumprir a carga horária constante na matriz curricular do 7.ºano.

³ Disciplina nova a funcionar em par pedagógico para desenvolvimento de competências das disciplinas de Geografia e Expressões Artísticas.

⁴ Disciplina nova a funcionar para desenvolvimento das competências das disciplinas de Matemática e TIC.

⁵ Disciplina nova a funcionar em par pedagógico com os docentes de Ciências Naturais e Físico-Química.

⁶ Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo de 45 minutos.

⁷ Semanalmente, o docente de Matemática e de Português (alternadamente, em cada semestre), irá lecionar mais 15 minutos, a fim de cumprir a carga horária constante na matriz curricular do 7.ºano.

Nota: A criação das novas disciplinas confere uma gestão de 28% do total da carga horária na matriz curricular de 7.ºano.

Componentes do currículo	Matriz Curricular de Escola	Matriz Curricular (PI)
	8.ºano	8º ano - PCA
Áreas disciplinares / Disciplinas		
Português	225	180
<i>Oficina de Leitura e Escrita</i> ¹		45
Línguas Estrangeiras		
Inglês	90	90
Língua Estrangeira II (Francês)	135	90
<i>Laboratório de Línguas Estrangeiras</i> ²		45+15
Ciências Sociais e Humanas		
História e Património ³		135
História	90	
Geografia	90	
Cidadania e Desenvolvimento	45	45
Matemática	225	135
<i>MatemaTIC</i> ⁴		90
FI(z) Mat ⁵		90
Ciências Físico-Naturais		
Território e Ambiente ⁶		225
Ciências Naturais	135	
Físico-Química	135	90
Educação Artística e Tecnológica		
Educação Visual	90	90
Complemento à Educação Artística (Cultura e Património)	45	
Tecnologias de Informação e Comunicação	45	
Educação Física	135	135
Total	1485 ⁸ min	1500 min
Educação Moral e Religiosa ⁷	45	45

¹ Disciplina nova a funcionar para desenvolvimento das competências da disciplina de Português.

² Disciplina nova a funcionar em par pedagógico com os docentes de línguas estrangeiras e que integra os 15 minutos necessários para cumprir a carga horária constante na matriz curricular do 8.ºano.

³ Disciplina nova a funcionar para desenvolvimento de competências das disciplinas de História e de Cultura e Património (Complemento à Educação Artística no 8.ºano).

⁴ Disciplina nova a funcionar para desenvolvimento de competências das disciplinas de Matemática e TIC.

⁵ Disciplina nova a funcionar para desenvolvimento de competências das disciplinas de Matemática e Físico-Química.

⁶ Disciplina nova a funcionar em par pedagógico com os docentes de Ciências Naturais e Geografia.

⁷ Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo de 45 minutos.

⁸ Semanalmente, o docente de Inglês irá lecionar mais 15 minutos, a fim de cumprir a carga horária constante na matriz curricular do 8.º ano.

Nota: A criação das novas disciplinas confere uma gestão de 43% do total da carga horária na matriz curricular de 8.º ano.

B. Novas Dinâmicas de Aprendizagem

Tendo a Escola a missão de ajudar os alunos a desenvolverem a sua capacidade de iniciativa, de resolução de problemas, a criatividade, a participação cívica ativa, consciente e responsável, as novas disciplinas serão organizadas tendo por base a metodologia de oficina/laboratório.

Sendo estes grupos constituídos por alunos com grandes dificuldades na aquisição das competências essenciais, às quais acresce uma enorme desmotivação e uma atitude negativa perante a Escola face às ofertas tradicionais, estas novas disciplinas visam reforçar o caráter prático das disciplinas da matriz curricular e representam novas dinâmicas de aprendizagem que se têm revelado mais motivadoras, integradoras e eficazes para alunos com tais características.

A) Oficina de Leitura e Escrita (7.º e 8.º anos)

Nesta disciplina serão abordadas temáticas da disciplina de Português, ou seja, serão abordadas as aprendizagens essenciais dessa disciplina, numa perspetiva de trabalho interdisciplinar e/ou de articulação curricular com outras disciplinas.

Serão privilegiadas as tarefas conducentes ao desenvolvimento da competência leitora, de expressão e compreensão oral, escrita e as literacias a elas associadas, num contexto de mudança em que equipamentos, tecnologias e ambientes de acesso e de trabalho são hoje uma realidade fluida, requerendo capacidades cada vez mais complexas.

Serão desenvolvidas, principalmente, as seguintes atividades:

- Treino de atividades de metacompreensão leitora associadas à mobilização da compreensão literal, da reorganização, da compreensão inferencial e da compreensão crítica: exemplificação e exercício de processos cognitivos para melhorar a compreensão da leitura (clarificação de conceitos, colocar questões a si próprio, resumos parciais do que já foi lido, previsões, ...);
- Atividades de leitura social: comunidades de leitores presenciais e *online*, dramatizações,...
- Leituras em voz alta; recomendações de leitura, associando vários tipos de linguagem (verbal, visual, musical, cinematográfica, ...);
- Debates em torno de livros, filmes ou outros *media*;
- Escrita sobre o que se leu (reconto, comentários e críticas) ou inspirada no que se leu (finais alternativos, textos paralelos, outros textos);
- Criação de narrativas transmédia, conjugando linguagens, formatos e suportes diversificados.
- Produção de *ebooks*, *podcasts*, vídeos, *booktrailers*, apresentações, *digital storytelling*.

Propõe-se a integração de uma nova área, a de Jornalismo, motivando os alunos a escrever pequenos textos de cariz informativo sobre atividades escolares ou outras relacionadas com a atualidade local. A divulgação dos trabalhos poderia ser feita numa plataforma *online* (*padlet*, *blogue* ou outra) e através de colaboração com o Jornal Escolar *O Alvinho*.

B) Laboratório de Línguas Estrangeiras (7.º e 8.ºanos)

Nesta disciplina, lecionada em par pedagógico, serão abordadas temáticas da(s) disciplina(s) envolvida(s), ou seja, serão abordadas as aprendizagens essenciais dessa(s) disciplina(s), num trabalho interdisciplinar e/ou de articulação curricular.

Serão desenvolvidas nesta disciplina as aprendizagens essenciais de Inglês e da Língua Estrangeira II, privilegiando-se o domínio da oralidade. Serão fomentadas atividades para desenvolvimento do “*listening*” ativo e outras capacidades comunicativas, como a expressão e a interação verbal, com recurso à sala existente na escola, que se encontra equipada com um Laboratório de Línguas.

C) Arte e Património (7.ºano)

Nesta disciplina, lecionada em par pedagógico, serão abordadas as áreas temáticas de Geografia, numa perspetiva de integração com as Artes, ou seja, numa vertente de trabalho transdisciplinar. Será privilegiado o trabalho de pesquisa, a apropriação de informação e a sua transformação em produtos como *posters*, *flyers*, vídeos, fotografias...

Centrando-se nas áreas de competências consignadas no PASEO e no contexto da sua comunidade educativa, prevê-se a integração das componentes do património natural de natureza regional, numa perspetiva de projetar melhor o futuro, respeitando a cultura, as tradições e o ambiente.

D) Laboratório Experimental (7.ºano)

Nesta disciplina, lecionada em par pedagógico, pretende-se o desenvolvimento de atividades práticas de observação, de experimentação e de reflexão a partir das aprendizagens essenciais de Ciências Naturais e de Físico-Química. Esta dinâmica partilhada tem como objetivos despertar a curiosidade do aluno, aumentar o seu interesse e incrementar o pensamento crítico e criativo.

Prevê-se também a participação dos alunos em oficinas/projetos/clubes, como a Oficina da Ciência, numa lógica de integração de projetos desenvolvidos no Agrupamento, assim como a participação noutras formas práticas de aprendizagem, como palestras, workshops, projetos empreendedores ligados à Educação Ambiental e à preservação do património geológico e saídas de campo.

Prevê-se a implementação de trabalhos de projetos, com vista à resolução de problemas locais, privilegiando as saídas de campo na região, a fim de se conhecer a geologia da zona, que é extremamente característica - geomonumentos de interesse nacional (cristas quartzíticas, vulgarmente conhecidas por “Livraria do Mondego”; as diabases com disjunção esferoidal; os calcários recifais, em tempos, levados para fornos de cal, típicos desta região, onde era produzida a cal parda, utilizada na construção civil e ainda um vasto registo fóssil, nomeadamente trilobites e bivalves. Permitindo-se, assim, o estudo do paleoambiente da região, numa articulação interdisciplinar com os conteúdos “substâncias e misturas”, de “transformações físicas e químicas” e de “separação das substâncias de uma mistura”.

E) Matemática (7.º e 8.º anos)

Esta disciplina, também lecionada em par pedagógico, tem como objetivo contribuir para uma aprendizagem de Matemática, guiada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, tornando-a mais aliciante e potencializando a aprendizagem dos alunos pela via experimental ligada à realidade dos alunos, com a utilização de vários modelos matemáticos simples.

A utilização de ferramentas digitais prevê-se como sendo um fator de motivação para os alunos na aprendizagem da Matemática e simultaneamente contribuir para o desenvolvimento das aprendizagens essenciais das disciplinas de TIC e de Matemática.

A articulação das aprendizagens essenciais de Matemática e TIC permite a recolha de dados de natureza variada e usar formas diversificadas para a sua organização, tratamento e para a apresentação e interpretação de resultados. A título de exemplo, a construção de vários tipos de tabelas, gráficos, cálculo de medidas de tendência central, usando a construção de folhas de cálculo (*EXCEL*). Permite a utilização de instrumentos de tecnologia digital, como por exemplo a exploração do programa Geogebra que facilita, de uma forma muito mais apelativa para o aluno, a exploração e visualização das propriedades de figuras geométricas no plano e de sólidos geométricos.

F) História e Património (8.º ano)

Esta disciplina nova pretende aglutinar as competências das disciplinas de História e a disciplina de Cultura e Património (Complemento à Educação Artística no 8.º ano). Pretende-se que as práticas pedagógicas integrem o desenvolvimento de projetos no âmbito da História e Património locais.

Considerando também as potencialidades da nova disciplina na promoção de aprendizagens ativas, na descoberta e valorização do património regional e local e no desenvolvimento e reforço de parcerias com entidades e instituições locais, pretende-se contribuir assim para o desenvolvimento de projetos relacionados com o turismo local, incluindo, designadamente, a

visita, estudo e preparação de visitas guiadas a locais de interesse turístico, histórico e patrimonial do concelho e a construção de roteiros turísticos locais.

G) Fi(z) Mat (8.º ano)

Nesta nova disciplina, lecionada em par pedagógico, serão abordadas as aprendizagens essenciais das disciplinas de Matemática e Físico-Química, num trabalho interdisciplinar e de articulação curricular. Prevê-se também a participação dos alunos em oficinas/projetos/clubes, como a Oficina da Ciência e o Clube de Matemática, assim como em projetos de âmbito regional e nacional.

Pretende-se o desenvolvimento de atividades práticas, de observação, de reflexão, sempre que possível introduzindo conteúdos de natureza local/regional, tendo como objetivo aumentar o empenho e o interesse dos alunos, assim como, potencializar o espírito crítico e a criatividade. Prevê-se a implementação da metodologia de trabalho de projeto, com vista à resolução de problemas, a utilização de ferramentas digitais, calculadoras científicas/gráficas, sensores, sendo um fator de motivação para os alunos na aprendizagem das disciplinas envolvidas.

H) Território e Ambiente (8.º ano)

A nova disciplina de Território e Ambiente proposta para o 8º ano, no contexto do presente PI, surge como tentativa de integração de saberes e competências das disciplinas de Geografia e Ciências Naturais. Pretende-se que a sua leção ocorra em par pedagógico por docentes das disciplinas que contribuirão com as aprendizagens essenciais definidas para os alunos de destino. Assim, pretende-se conjugar de forma harmoniosa e apelativa, mas suportada em conhecimento sólido, estruturado e aplicável, saberes e competências preconizadas naquelas disciplinas, privilegiando uma perspetiva local e regional como foco da intencionalidade e atuação. Será de encontrar, para o desenvolvimento das aprendizagens essenciais, enfoque especial em torno da sustentabilidade (ambiental, económica, social, ...), conceito fundamental inerente à aplicabilidade de competências desenvolvidas nas áreas de conhecimento envolvidas.

Pretende-se enfatizar a importância da ciência nas questões quotidianas e a sua aplicação na Tecnologia, na Sociedade e no Ambiente, contextualizando o ensino da Geografia e das Ciências Naturais em cenários reais e atuais e de onde podem emergir questões-problemas orientadoras das aprendizagens, procurando encontrar soluções para as situações complexas que ocorrem no território local/regional ou no Mundo.

No desenho curricular que se pretende implementar nas duas turmas de PCA, houve a preocupação de tornar as medidas educativas propostas o mais sustentáveis possível e conforme o previsto no n.º 5, do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho estão de acordo com os recursos humanos existentes no agrupamento. Todavia, qualquer projeto requer afetação de recursos humanos, sendo que na constituição dos pares pedagógicos haverá recurso ao crédito horário, para um dos professores a lecionar no par.

As novas disciplinas criadas terão identidade e documentos curriculares próprios, os quais têm de inscrever as aprendizagens essenciais a desenvolver pelos alunos, que constituem a orientação base para a planificação e avaliação dos alunos, conforme estipulado no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

O grau de flexibilidade curricular reflete o aprofundamento vertical de um conjunto diversificado de medidas a aplicar nos diferentes anos de escolaridade, traduzindo-se numa gestão flexível das matrizes curriculares de 28% nos 1.º e 2.º anos e de 30% nos 3.º e 4.º anos, de 28% no PCA do 7.º ano de escolaridade e de 43% no PCA do 8.º ano de escolaridade. Esta opção pretende valorizar os benefícios resultantes do envolvimento progressivo da comunidade educativa nas mudanças em curso. Quanto ao impacto da alteração das matrizes curriculares (1.º e 2.º anos e turmas de PCA) na melhoria das aprendizagens dos alunos, constatou-se, pela análise efetuada em Conselho Pedagógico, que se registam melhorias nas taxas de sucesso das disciplinas, assim como no sucesso obtido pelos alunos que frequentam as turmas de PCA. Nas turmas dos 1.º e 2.º anos registam-se taxas de sucesso bastante satisfatórias em todas as disciplinas e, efetuando uma análise comparativa com o primeiro momento avaliativo do ano letivo transato, constata-se que a maioria das disciplinas apresenta taxas de sucesso iguais ou superiores. Quanto aos alunos que frequentam as turmas do PCA, e apesar das múltiplas dificuldades que ainda apresentam e das suas fragilidades na aquisição das aprendizagens essenciais e das competências previstas no PASEO, apresentaram, no final do 1.º semestre, resultados escolares claramente superiores aos obtidos no ano transato, no final do 1.º momento de avaliação (1.º período).

Nos tempos que correm, a Escola tem de ser ambiciosa, porque o seu papel é, mais do que nunca, imperativo numa Sociedade onde Saber e Ser são exigências indissociáveis e fundamentais para a formação de cada indivíduo. A ela cabe-lhe abrir caminhos ousados, preparar oportunidades para que cada uma das crianças, jovens e adultos realize o seu projeto educativo com qualidade. Só assim seremos uma Escola inclusiva, uma escola de e com futuro.

III_5. REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR: SEMESTRALIDADE

A reorganização do calendário escolar em semestres, a ser aplicado em todas as turmas de todos os níveis de educação e ensino, é uma medida que acreditamos ser facilitadora do sucesso educativo dos alunos. Existem inegáveis vantagens, na nossa perspetiva:

- permite uma maior continuidade e consistência no desenvolvimento das aprendizagens e dos vários projetos a desenvolver pelos alunos; uma maior interação com os alunos, potencializando a realização de trabalhos de grupo e de pesquisa, levando a um maior empenho e motivação para as diferentes disciplinas, o que leva a um desenvolvimento das capacidades cognitivas e a um desenvolvimento do raciocínio científico que tão importante é para a nossa sociedade;
- permite a implementação de instrumentos de avaliação mais diversificados, focados no ritmo de aprendizagem de cada aluno, valorizando a avaliação formativa/qualitativa, em detrimento da avaliação sumativa/quantitativa;
- reduz a burocracia que envolve a gestão dos três momentos de avaliação quantitativos tradicionais e incentiva a avaliação formativa ao serviço das aprendizagens;
- incentiva a maior frequência de momentos de auto e heteroavaliação no sentido de ser possível fazer uma monitorização das aprendizagens o que permite, mais facilmente, redesenhar estratégias, a médio prazo, de superação das dificuldades diagnosticadas;
- possibilita que as competências constantes no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória sejam reforçadas, valorizadas e avaliadas;
- distribui, de forma equitativa, o número de dias com atividades letivas e os respetivos momentos de interrupção, durante o ano letivo;
- aumenta a possibilidade do trabalho colaborativo e cooperativo;
- potencializa a capacidade de trabalho dos docentes e discentes, quebrando rotinas e reduzindo o cansaço, a pressão, a ansiedade e aumentando os níveis de concentração, contribuindo de uma forma global para o bem-estar de todos os intervenientes no processo de ensino-aprendizagem.

Em suma, acreditamos que a reorganização que novamente se propõe dá uma resposta mais adequada ao desenvolvimento das competências das crianças e do Perfil do Aluno, já que ficam asseguradas melhores condições para o desenvolvimento das competências nele previstas. Alguns dos aspetos positivos da sua implementação no presente ano letivo querem-se ampliados, potencializando outros que não foi possível operacionalizar no seu todo, por imposição de confinamento e isolamento profilático.

Quanto ao impacto da alteração do calendário escolar e numa análise comparativa entre os resultados obtidos no final do 1.º semestre e o primeiro momento avaliativo do ano letivo 2019/2020, também se observam evidências claramente positivas no que concerne ao impacto

da organização semestral do calendário escolar na qualidade do sucesso e taxas de sucesso por disciplina/ano de escolaridade, sendo que em todos os anos de escolaridade se regista um número significativo de disciplinas que apresenta taxas de sucesso iguais ou superiores às do 1.º período do ano letivo anterior.

A organização escolar que se ambiciona acarreta uma profunda alteração de procedimentos, nomeadamente nos momentos de reporte de avaliação aos alunos e respetivos Encarregados de Educação. No entanto garante o cumprimento, pelo menos, do número de dias de atividade letiva fixado no calendário escolar e a realização das provas e exames de acordo com o calendário definido pela tutela e conforme estipulado nas alíneas a) e b) do n.º5, do artigo 4.º da Portaria n.º181/2019, de 11 de junho.

A reorganização do calendário escolar, implica uma reflexão profunda e a reestruturação dos instrumentos de reporte de avaliação aos alunos e Encarregados de Educação:

- Interrupção letiva de novembro: Avaliação descritiva / qualitativa;
- Interrupção letiva de janeiro: Avaliação sumativa para os alunos do ensino básico e secundário;
- Interrupção letiva da Páscoa: Avaliação descritiva / qualitativa;
- Final do ano: Avaliação sumativa para os alunos do ensino básico e secundário.

Após a realização de cada momento de avaliação, serão dinamizados espaços de reflexão e partilha entre os Professores Titulares/Diretores de Turma, Encarregados de Educação e alunos.

A alteração da organização semestral do calendário escolar do ano letivo dará, a todos os intervenientes no processo, *feedback* mais regular sobre a aquisição das aprendizagens; permitirá a diversificação das práticas pedagógicas, mais centrada na avaliação formativa; possibilitará mais tempo para os alunos, no “seu tempo”, atingirem os objetivos/aprendizagens; criará menor pressão no processo de avaliação sumativa; permitirá maior articulação entre o desenvolvimento das aprendizagens e o processo de classificação; promoverá o trabalho colaborativo e a organização do trabalho, tal como o bem-estar (menos *stress*) dos alunos (aspeto fundamental referido nas reuniões de acompanhamento AFC – A Voz dos Alunos - especialmente pelos alunos do ensino secundário) e dos docentes.

A reorganização do calendário escolar num regime de semestralidade introduziu, no ano letivo de 2020/2021, dinâmicas de funcionamento ao nível das Instituições locais e do Município que mereceram parecer positivo por parte das mesmas, tendo já manifestado a sua concordância

com a manutenção do mesmo regime, nomeadamente no planeamento dos serviços prestados, transportes e refeitórios escolares, para o ano letivo 2021/2022.

Conforme se encontra previsto no PI 2020/2021, a Equipa de Autoavaliação do Agrupamento procedeu à monitorização e avaliação do Plano, através da avaliação do grau de satisfação dos diversos atores educativos, quanto à reorganização do calendário escolar. As informações recolhidas nos questionários de opinião, que foram aplicados no período de 11 a 18 de março de 2021, constam do Relatório de Monitorização e Avaliação do PI, destacando-se as seguintes:

Responderam ao questionário 110 dos 132 docentes que estavam ao serviço à data do preenchimento, o que corresponde a 83,3% dos docentes do Agrupamento.

Relativamente à Gestão Curricular, a maioria dos docentes foi da opinião que a alteração do calendário escolar conduziu a uma maior articulação interdisciplinar, à organização de equipas pedagógicas e reforço do trabalho colaborativo. Igualmente consideraram que foi benéfica para o processo de gestão flexível do currículo, assim como proporcionou uma melhor adequação do currículo às necessidades e características individuais dos alunos.

No domínio Pedagógico-Didático, a maioria dos docentes manifestou-se no sentido de que a reorganização do calendário escolar permitiu a introdução de estratégias de ensino-aprendizagem diferentes, com metodologias ativas e com o uso de recursos didáticos diferenciados. Proporcionou ainda um maior acompanhamento individual dos alunos, potencializou uma maior consolidação das aprendizagens e criou um maior equilíbrio entre tempos de estudo e de pausa/descanso.

No âmbito da Avaliação das Aprendizagens, a semestralidade foi considerada benéfica para a avaliação dos alunos, tendo contribuído para o aumento da sua taxa de sucesso. Reforçou a avaliação formativa, contínua e sistemática, a diversificação dos instrumentos de avaliação sumativa e contribuiu para o incremento dos momentos de *feedback* aos alunos e aos Pais/EE

No que concerne ao domínio Organizacional e de Bem-Estar, a distribuição mais equilibrada dos tempos letivos ao longo do ano terá sido favorável ao bem-estar dos docentes e dos alunos.

No caso dos alunos, o questionário foi dirigido a 123 inquiridos, dos diferentes ciclos de ensino, tendo-se obtido 94 respostas (76,4%). Foram selecionados três alunos de cada turma: o delegado de turma, o subdelegado e outro aluno à escolha do PTT/DT, a partir do 4.º ano de escolaridade, inclusive. Do universo de 124 representantes de pais/EE responderam, ao questionário, 103 (83,1%).

Em relação ao domínio Pedagógico-Didático, a maioria dos alunos e EE considerou que a semestralidade contribuiu para facilitar o processo de aprendizagem, pela introdução de estratégias e recursos didáticos diferenciados, com aulas mais motivadoras e maior apoio dos docentes.

Relativamente à Avaliação das Aprendizagens, os inquiridos salientaram como positivo o facto de ter havido mais tempo para melhorar as aprendizagens, receberam mais informação sobre o desempenho e progresso escolar e houve maior diversificação dos instrumentos de avaliação sumativa. A maior percentagem dos EE realçou que a alteração do calendário escolar contribuiu para um desempenho escolar globalmente mais satisfatório dos seus educandos.

No domínio Organizacional e de Bem-Estar, a distribuição mais equilibrada dos tempos letivos ao longo do ano também foi favorável ao bem-estar dos alunos.

A Equipa de Autoavaliação auscultou ainda outros atores educativos, tais como os SPO - 2 psicólogas - e, numa amostra de cerca de 20%, os Assistentes Técnicos e os Assistentes Operacionais. Destacam-se os seguintes resultados:

Na opinião dos SPO, a alteração do calendário escolar conduziu ao reforço do trabalho colaborativo, a um maior apoio individualizado, sendo favorável ao bem-estar dos alunos.

Os Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais referiram que a reorganização do calendário escolar foi favorável ao bem-estar de todos os atores educativos.

Globalmente, os inquiridos assinalaram que se adaptaram com facilidade ao novo calendário escolar, devendo este manter-se.

IV. PARCERIAS / REDES DE COOPERAÇÃO

O trabalho em rede permite responder a uma diversidade de desafios, justificando o desenvolvimento de parcerias estratégicas com entidades da comunidade local. Pretende-se aprofundar a cooperação com a Autarquia e com outros parceiros que possam contribuir para a formação integral dos nossos alunos.

As parcerias estabelecidas ou a estabelecer assumem as seguintes prioridades:

- Contextualizar práticas educativas;
- Desenvolver projetos inovadores e interdisciplinares;
- Adequar os espaços educativos às necessidades curriculares;
- Promover a plena integração dos alunos do Percurso Curricular Alternativo;
- Proporcionar ambientes de formação adequadas aos docentes, no apoio ao desenvolvimento de disciplinas de contexto local e regional;
- Apoiar e acompanhar os alunos com dificuldades de contexto familiar ou em risco;
- Privilegiar contactos diretos e experiências diversificadas, motivadoras e enriquecedoras que permitam a promoção do sucesso e a prevenção do abandono escolar.

Assim, destacam-se entre as entidades tidas como prioritárias no estabelecimento de parcerias e/ou redes de cooperação as seguintes: Município de Penacova, na sua diversidade de resposta e valências (social, técnica, infraestruturas, ...); CPCJ; CRI; Associação de Pais e Encarregados de Educação; Biblioteca Municipal; IPSS.

V. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Atendendo a que é uma alteração profunda na organização do ano letivo, a equipa de autoavaliação do Agrupamento fará também, no âmbito do seu trabalho, questionários de opinião a pais, alunos, pessoal docente e não docente sobre a reorganização do calendário escolar e os impactos desta alteração nos domínios da gestão curricular, pedagógico-didático, da avaliação das aprendizagens e organizacional e do bem-estar dos atores educativos, a fim de se averiguar a pertinência da manutenção desta organização semestral.

Esta equipa irá reunir periodicamente durante o ano letivo e após o *terminus* das aulas, para uma monitorização final, com possibilidade de, se for o caso, propor alterações e/ou melhorias para o ano letivo seguinte.

A avaliação do Plano de Inovação terá em conta os seguintes parâmetros:

- Avaliação dos alunos (monitorização/avaliação do cumprimento das metas definidas no ponto III_2), nomeadamente através dos seguintes indicadores: taxas de sucesso/qualidade do sucesso nas diversas disciplinas, taxa de insucesso em cada momento avaliativo, taxa de alunos com mais de três disciplinas com níveis inferiores a três, no final de cada semestre; taxa de alunos com sucesso pleno; número de alunos no quadro de mérito (menção classificativa máxima a Português, Matemática e Estudo do Meio, não podendo obter classificação inferior a Bom nas restantes áreas curriculares no 1.ºCEB; média igual ou superior a 4,5, nos 2.º e 3.ºCEB, e 16,5 no ensino secundário) e taxa de absentismo escolar;
- Aos dois grupos do PCA aplicam-se ainda os seguintes indicadores de monitorização: média das classificações obtida por cada aluno, no final de cada semestre; taxa de insucesso em cada momento avaliativo, taxa de alunos com mais de três disciplinas com níveis inferiores a três, no final de cada semestre; taxa de alunos com sucesso pleno; Número de alunos no quadro de mérito (média igual ou superior a 4,5) e taxa de absentismo escolar;
- Avaliação do Programa de Turma;
- Grau de satisfação dos alunos, monitorizado através de Assembleias de Turma, que funcionam na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e servem para definir os objetivos próprios de cada Programa de Turma e de cada agenda semanal. Serão ainda momentos para os alunos refletirem e promoverem uma avaliação do próprio plano;
- Grau de satisfação dos diversos atores educativos sobre a reorganização do calendário escolar em semestres.

VI. PLANO DE FORMAÇÃO

A formação assume-se como um instrumento estratégico para o desenvolvimento do Plano de Inovação, assim como dos objetivos preconizados no Projeto Educativo do Agrupamento.

As áreas de formação a integrar no plano de formação são definidas em função das necessidades do corpo docente e do tipo de dinâmica de trabalho que se pretende implementar, sem nunca esquecer a aposta individual de cada docente na sua autoformação.

Assim recorrendo a sessões de formação com recursos humanos internos, ao plano de formação do CFAE Minerva e, eventualmente, a outros parceiros com os quais se estabeleçam parcerias, consideram-se áreas prioritárias as seguintes:

- Avaliação de aprendizagens e Instrumentos de avaliação – avaliação centrada nas aprendizagens dos alunos;
- Partilha de experiências e o trabalho colaborativo na promoção do sucesso escolar;
- Metodologias ativas centradas no aluno - trabalho de projeto;
- Tecnologia e Práticas Pedagógicas Promotoras do Sucesso Escolar;
- Gestão e mediação de conflitos em contexto de sala de aula ou Auto (regulação) do *Stress* em contexto escolar: conhecer, agir e intervir;
- *Coaching*;
- *Mindfulness*;
- Ferramentas Digitais ao serviço do Ensino;
- Estímulo à Melhoria das Aprendizagens em Ambientes Educativos Inovadores;
- Utilização da programação para a exploração e construção de situações de aprendizagem no ensino básico;
- Assistentes Operacionais na Inclusão de Alunos;
- Realidades e dinâmicas locais – contributos para o PASEO.

VII. CONCLUSÃO

O Conselho Pedagógico, em reunião ordinária de dia 17 de março de 2021, deu o parecer positivo ao PI e os Departamentos Curriculares contribuíram para a elaboração das matrizes curriculares, assim como apresentaram as suas propostas para as novas disciplinas a integrar nas mesmas e o Conselho Geral emitiu um parecer positivo, em reunião do dia 7 de abril de 2021, sendo que o Município também manifestou a sua concordância, relativamente a alterações a implementar a nível dos transportes, refeições escolares e outros aspetos que se venham a apresentar, dado que no âmbito do artigo 1.º do Decreto-Lei, n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a 1 de setembro de 2020 se concretizou a transferência de competências no domínio da educação para a Câmara Municipal de Penacova.

Em reunião de dia 5 de maio de 2021, o Conselho Pedagógico aprovou a presente proposta de plano de inovação, procedendo às reformulações consideradas necessárias.

O docente de cada disciplina curricular assegurar-se-á de que serão cumpridas as premissas das aprendizagens essenciais de cada disciplina, em cada ciclo de ensino, assim como as áreas de competências, princípios e valores inscritos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, garantindo-se a sua formação nos princípios da aprendizagem, inclusão, equidade, estabilidade, coerência e flexibilidade, base humanista, sustentabilidade, adaptabilidade e ousadia e, por último mas muito importante, o Saber.

Agrupamento de Escolas de Penacova, 7 de maio de 2021